

PREFÁCIO – EPAMINONDAS FULGÊNCIO NETO	7
---	---

PARTE I

O PATRIMÔNIO PÚBLICO E SUA NOÇÃO. ASPECTOS MATERIAIS DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. CONCEITO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	15
2. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O PATRIMÔNIO PÚBLICO ...	20
3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24
3.1 A Administração Pública	24
3.2 Administração direta e indireta	27
3.2.1 Autarquias	31
3.2.2 Fundações públicas	32
3.2.3 Sociedades de economia mista	34
3.2.4 Empresas públicas	37
3.3 A Reforma Administrativa e seus reflexos	38
3.4 A privatização das “estatais”	46
4. PATRIMÔNIO PÚBLICO	49
4.1 Acervo do patrimônio público	49
4.2 Bens públicos, regime jurídico e aquisições	50
4.3 Afetação e desafetação de bens públicos	56
4.4 Erário público	57
4.5 Direitos	57
4.6 O patrimônio moral	58
5. INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE DIFUSO	63
5.1 Interesse público e interesse difuso	63
5.2 Supremacia do interesse público sobre o privado	66
5.3 Princípios da Administração Pública	67

6.	LEI DE IMPROBIDADE	73
6.1	Aspectos da Lei de Improbidade Administrativa	73
6.2	Enriquecimento ilícito	74
6.3	Alcance subjetivo da improbidade	76
6.4	Responsabilidade	81
6.5	Atos de improbidade administrativa	84
6.6	Sanções	103
6.7	Vigência da Lei federal 8.429/92	108

PARTE II

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A PROTEÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

7.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	111
7.1	Controle da Administração Pública e Estado Democrático	111
7.2	Controle estatal e participação popular	113
7.3	Consultas populares, audiências públicas e concerto como formas de co-gestão	115
8.	ESPÉCIES DE CONTROLE	119
8.1	Espécies de controle	119
8.2	Controle interno	119
8.3	Controle externo parlamentar	121
8.4	Corte de Contas	123
9.	CONTROLE JURISDICIONAL	129
9.1	Controle jurisdicional e separação dos poderes	129
9.2	Atos administrativos vinculados e atos administrativos discricionários	131
9.3	A postura do juiz diante dos desmandos	134
10.	CONTROLE JUDICIAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	136
10.1	Controle jurisdicional do patrimônio público	136
10.2	Inquérito civil público	137
10.2.1	Representação, comunicação e recomendações	140
10.2.2	Arquivamento e ajustamento de conduta	142
10.2.3	Quebra de sigilo bancário e fiscal, perícias	143
10.3	Medidas cautelares de indisponibilidade de bens e haveres, seqüestro e afastamento	145

10.4	A ação civil pública e patrimônio público	149
10.5	Legitimidade do MP e posição do ente lesado	153
10.6	Competência	155
10.7	Rito processual e inversão do ônus da prova	156
10.8	Sentença e efeitos	156
10.9	ACP e LAP – Questões processuais	157
10.10	A ação civil pública para reparação de danos e prevenção de danos – Obrigação de fazer e de não fazer – ACP e ADIn..	159
CONCLUSÃO		163
BIBLIOGRAFIA		167